

PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA INTERSETORIAL PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL NO BRASIL

Novembro de 2005

ANTECEDENTES

A criação do Grupo de Trabalho de Alimentação Adequada e Saudável através da Câmara de Saúde e Nutrição em julho de 2005 permitiu ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apontar diversos aspectos estratégicos da construção da promoção da alimentação adequada e saudável no país. O GT efetuou 07 reuniões de trabalho no período de julho a novembro de 2005. Começou por discutir o “estado da arte” desta proposta no país, identificação do objeto e objetivos do GT; estratégias de condução no âmbito governamental e diretrizes gerais para 2006.

A análise do ‘estado da arte’ da proposta no país revelou que várias iniciativas têm sido implementadas desde 2003, com a participação de organismos nacionais e internacionais para discutir a estratégia global para o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras pela aproximação ao tema de forma interdisciplinar e intersetorial. Nesta trajetória o CONSEA apoiou a articulação do processo através da construção de uma matriz de ações e atividades intersetoriais voltadas para a promoção da alimentação saudável. Esta ação no campo governamental foi coordenada por um grupo intersetorial pela liderança da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. As estratégias apontadas foram relacionadas a importância da matriz com o reconhecimento da necessidade da articulação de ações no espaço político-executivo governamental e da sociedade civil. Os membros do GT viram a matriz como uma estratégia legítima porque percorreu caminhos de consulta e construção participativa, principalmente como ponto de partida para estabelecer como orientação que fosse revalidada nos setores governamentais e na sociedade civil, mas ao mesmo tempo, identificou que haviam pontos que deveriam ser aperfeiçoados. Dentre estes pontos destacou-se: (i) os impactos do uso de agrotóxicos, a questão dos transgênicos, a rotulagem de alimentos e a necessidade de garantir o princípio da precaução, tendo em vista os riscos

para a saúde da população e o meio ambiente, conforme as diretrizes da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; (ii) a discussão de um novo modelo de produção agrícola de base ecológica, com ênfase na biodiversidade, para assegurar uma alimentação diversificada. Nos vários biomas brasileiros, tendo em vista que, nos vários a diversidade biológica e cultural que a sustenta encontra-se ameaçada pelo avanço das monoculturas, do desmatamento, da erosão genética e do padrão tecnológico e agroquímico em que se baseia; (iii) a cultura/patrimônio alimentar; e (iv) o papel do gênero na escolha alimentar.

Estes temas orientaram a discussão do GT e foram estabelecidos como produtos: (1) elaboração de uma justificativa no formato sumário-executivo sobre as razões epidemiológicas e nutricionais para o aumento do consumo de legumes, frutas e verduras para ser encaminhado pela Presidência do CONSEA aos setores governamentais e a sociedade civil; (2) elaboração de documento pela Presidência do CONSEA aos Ministros com a descrição de suas ações na matriz e solicitação de posicionamento; (3) desenvolvimento de uma reunião plenária no CONSEA com a presença do Ilustríssimo Sr. Presidente da República e os Ministros representantes dos setores estratégicos para a discussão de estratégias de articulação governamental para a promoção da alimentação adequada e saudável. Os produtos foram desenvolvidos parcialmente devido aos problemas conjunturais do governo, com a substituição de ministros de setores fundamentais na discussão da temática como a saúde e a educação que impediram a articulação das estratégias entre a presidência do CONSEA e as instituições de governo. Os membros do GT reconheceram as dificuldades político-institucionais e realizaram uma reunião conjunta entre as Câmaras 1 e 2 do CONSEA para avançar na discussão de aspectos relevantes para o aperfeiçoamento da matriz de ações. Foram debatidos duas vertentes de produção agrícola distintas, uma defendida pelos movimentos sociais, a agroecologia, e outro pelos setores do agronegócio. A transição entre esses dois modelos supõe mudanças estruturais, a exemplo da Reforma Agrária e do reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas. Houve consenso de que a promoção da alimentação adequada e saudável deveria estar apoiada em um modelo de produção de base ecológica. A transição do modelo vigente de produção agrícola para o modelo proposto requer a contribuição de vários segmentos da sociedade e dos vários setores governamentais, tendo o CONSEA como instância articuladora.

A proposta deste documento é apresentar diretrizes programáticas para a proposição de um programa intersetorial de promoção a alimentação adequada e saudável articulado com os diversos setores de organização da Política de Estado para o desenvolvimento desta ação no país .

OBJETIVO GERAL

Promover a alimentação adequada e saudável consubstanciada num modelo agrícola de base ecológica, através do estímulo a produção agroalimentar de base familiar e dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos, por meio da valorização dos aspectos biológicos e simbólicos culturais referenciados a saúde, gênero, etnia e patrimônio alimentar a partir do fortalecimento de estratégias de desenvolvimento sustentável, construída de forma participativa com setores de governo e da sociedade civil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Incentivar o aumento do consumo de frutas, legumes e verduras, na perspectiva de promoção da saúde.
- ✓ Estimular e apoiar a produção agrícola de base ecológica, potencializada na agricultura agroextrativismo familiar, incorporando a perspectiva de gênero, geração e etnia.
- ✓ Fomentar sistemas de distribuição e comercialização de alimentos próprios da região para a garantia da comercialização e do consumo local, com ênfase no combate ao desperdício e aproveitamento integral dos alimentos (ex: Programas Institucionais: Alimentação Escolar - PNAE, PAT, PRONAF, PAA, Agricultura Urbana).
- ✓ Incentivar o resgate do patrimônio alimentar a luz dos aspectos simbólicos e culturais da alimentação, que misturam as diversas experiências do ser humano para permitir a invenção e reinvencção de práticas e comportamentos alimentares.
- ✓ Promover ações de educação alimentar e nutricional.

ESTRATÉGIAS

- 1) Elaborar propostas para a criação, expansão e aprimoramento de programas e ações do Governo Federal voltadas ao incentivo à produção de alimentos com base em práticas agroecológicas, viabilizando a transição do modelo vigente de produção agrícola para o modelo proposto.
- 2) Aperfeiçoar a matriz das ações governamentais voltadas ao aumento do consumo de legumes, verduras e frutas, como base para o fortalecimento nas iniciativas no âmbito governamental e da sociedade civil, voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável.
- 3) Desenvolver iniciativas, no âmbito do governo e da sociedade civil, voltada à promoção, resgate, valorização de aspectos culturais, com ênfase nas relações de gênero, bem como de informação e educação voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável.
- 4) Desenvolver um desenho de articulação dos diversos setores do Governo Federal envolvidos no tema da alimentação adequada e saudável para o desenvolvimento destas ações no país.

JUSTIFICATIVA PARA ESTENDER OS TRABALHOS DO GRUPO

A Matriz de Incentivo ao Consumo de Legumes, Verduras e Frutas foi construída como o documento base do objeto de discussão do GT. Em função de conjunturas políticas adversas não foi possível avançar nas proposições das ações ao longo do período de trabalho do GT. Considerando a necessidade de aprimoramento e qualificação dos respectivos setores envolvidos, em termos técnicos e políticos, é oportuno dar continuidade aos trabalhos.

Por outro lado, foram identificados alguns aspectos frágeis da Matriz, que exigiu do GT o aprofundamento em algumas discussões, tais como as questões de gênero, patrimônio cultural, uso de agrotóxicos, entre outras. A partir destas discussões ficou evidenciado a importância do modelo agroecológico para a promoção da alimentação adequada e saudável. Considerando a complexidade dessa temática, justifica-se a necessidade de alongamento do prazo de funcionamento do GT para julho de 2006.

AGENDA DE TRABALHO 2006

1) Ações de Articulação Institucional

- identificar programas já existentes que possam se relacionar aos objetivos da alimentação adequada e saudável;
- realizar visitas de apresentação da proposta aos ministros das áreas afetas ao tema para discutir as estratégias;
- identificar o orçamento intersetorial da segurança alimentar e nutricional
- construir agenda de trabalho com ministérios afetos ao tema.
- Fomentar a realização de pesquisa de consumo alimentar em grupos específicos e de risco social e biológico no país.

2) Matriz de Incentivo ao Consumo de L,V&F

Ministério de Ciência e Tecnologia

- Mapeamento das ações voltadas para a o consumo e produção saudável, estudos e pesquisas com destaque para o desenvolvimento de uma pesquisa de base nacional sobre consumo alimentar.
- Diagnosticar o perfil do consumo alimentar dos escolares da rede de ensino público (parceria com o MEC- PNAE)

Ministério da Saúde

- Produção e divulgação de material informativo (cartilhas, cartazes, folders) sobre o incentivo do consumo de frutas, verduras e legumes no contexto da alimentação saudável (campanhas de mídia – profissionais de saúde, família e população em geral)
- Capacitação de profissionais de saúde em promoção da alimentação saudável.

Ministério do Meio Ambiente

- Incentivar a educação para consumo sustentável e alimentação saudável no ambiente escolar (em parceria com o MEC).

Ministério do Desenvolvimento Agrário

- Inserção da temática da alimentação saudável nos programas de capacitação apoiados pelo MDA.
- Estimular a articulação intersetorial no nível local para multiplicação dos conteúdos sobre o tema alimentação saudável.
- Capacitar técnicos e produtores em manejo sustentável dos sistemas de produção de F,L &V observadas as diretrizes e princípios da alimentação saudável;
- Adequar dos normativos para favorecer a produção familiar nos mercados institucionais;

- Incentivar a consolidação das feiras locais como instrumento de melhoria para a seleção e aquisição de alimentos saudáveis;

Ministério da Educação – Programa Nacional de Alimentação Escolar

- Implementação do Projeto HORTAS ESCOLARES do Termo de Cooperação Técnica entre o FNDE e FAO.
- Capacitação dos Conselheiros dos Conselhos de Alimentação Escolar na abordagem da alimentação escolar como um DH do ponto de vista nutricional.

I

Ministério de Desenvolvimento Social

- Intensificar a abordagem proposta pela iniciativa nas diversas áreas de atuação deste Ministério, como:
- Apoiar ações de Educação Alimentar e Nutricional;
- Inserir a abordagem de Incentivo ao consumo de f,l&v no conjunto de Programas : Restaurantes Populares ;Programa de Aquisição de Alimentos – CONAB/MDS;Banco de Alimentos; Hortas e Cozinhas comunitárias ; Ações emergenciais com comunidades específicas (quilombolas e indígenas); Programa 1 milhão de cisternas ; Bolsa Família e PETI (Programa de erradicação do trabalho infantil); Distribuição de cesta básica.
- Envolver os CONSADS na divulgação da temática de incentivo ao consumo de F,L& V.

MS,MDS,PNAE-FNDE/MEC, MT,MCT, MDA e CECOM

- Elaborar campanhas de grande mídia sobre a Iniciativa Intersetorial (ministérios + CECOM)
- **Transição para Agricultura de Base Ecológica**
- Fomentar uma rodada de contatos com os setores do governo envolvidos na temática da SAN para consolidar o comprometimento de participação dos mesmos na questão da alimentação adequada e saudável;
- Aprimorar, detalhar a Matriz na diretriz da produção de base agorecológica, detalhando quais são os programa e ações que compõem o conjunto de iniciativas dos setores do governo comprometidos com o tema.

4) Ações de Educação Alimentar e Nutricional

- **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL**

Público alvo:

- Ministérios, órgãos e entidades afins;

- Coordenação dos Programas (SAN), tais como: PNAE ,PAT, PRONAF, PAA, Agricultura Urbana;
- Cursos de Nutrição;
- CONSEAS Estaduais.

Conteúdo:

- Apresentação da proposta;, discussão e aprofundamento;
- Oficinas:
- Conceituação (discussão e propostas de padronização de conceitos básicos);
 - Intersetorialidade entre ministérios, órgãos, programas e entidades afins (articulação institucional);
 - Modelo de agricultura com base ecológica (estratégias de implementação e incentivo);
 - Patrimônio cultural (revitalização de práticas e saberes tradicionais);
- Educação Alimentar e Nutricional – esboço de cartilha e de ações e programas de incentivo ao maior consumo de frutas, legumes e verduras.

➤ Elaboração de cartilha e folder: Ampla divulgação da ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

- Campanha – lançamento na plenária do CONSEA, com a presença do Presidente da República e ampla cobertura da imprensa, em julho de 2006;
- Elaboração e distribuição de material educativo;
- Chamadas educativas na mídia;

5) Patrimônio Cultural Alimentar

- Fomentar a participação de instituições governamentais e da sociedade civil que estimulem a incorporação dos aspectos simbólicos culturais baseadas em práticas agroecológicas pela valorização papel do gênero feminino tanto em sua importância na definição das escolhas alimentares, da etnia e do patrimônio alimentar na promoção da alimentação adequada e saudável.
- Instituir uma agenda estratégica com ações de informação e comunicação para incluir no cenário nacional a valorização do patrimônio alimentar no campo da segurança alimentar e nutricional.
- Propor a inclusão de recursos orçamentários em programas de incentivo a produção, comercialização e abastecimentos de ações de resgate a práticas tradicionais de alimentos